

MARIANA DE OLIVEIRA COUTO

O Edifício na Praça de Martim Moniz, (1973-1984), de Bartolomeu Costa Cabral: uma proposta de continuidade

*The Building at Praça de Martim Moniz (1973-1984), by Bartolomeu Costa Cabral:
a proposal of continuity*

Mariana de Oliveira Couto

Natural da Covilhã, Portugal (1986), é Mestre em Arquitectura pela Universidade da Beira Interior (Covilhã, 2009). Entre 2014 e 2016 colabora no atelier de Bartolomeu Costa Cabral (Lisboa). Trabalha atualmente na Fundação Marques da Silva (Porto) e aguarda defesa da tese de Doutoramento, intitulada “Bartolomeu Costa Cabral, arquiteto da continuidade”, na Universidade de Coimbra.

Born in Covilhã, Portugal (1986), she attained a Master's degree in Architecture at the University of Beira Interior (Covilhã, 2009). Between 2014 and 2016 she collaborated in the studio of Bartolomeu Costa Cabral (Lisbon). She is currently working at Marques da Silva Foundation (Porto) and awaits the defense of her Ph.D. thesis, entitled “Bartolomeu Costa Cabral, architect of continuity”, at the University of Coimbra. Atelier Bartolomeu Costa Cabral (2014 – 2016)

mariana.couto@student.darq.uc.pt

Resumo

O presente artigo, escrito no contexto de uma investigação centrada na obra de Bartolomeu Costa Cabral (n.1929), aborda o processo de projecto e construção de um dos edifícios que hoje marcam a Praça do Martim Moniz, em Lisboa – zona fustigada por sucessivas expropriações e demolições realizadas pela Câmara Municipal de Lisboa (CML) a partir da década de quarenta, enquadradas em políticas de renovação e saneamento urbano. Com esta intervenção, cujo Estudo Prévio é iniciado por Costa Cabral em 1973, pretendia a EPUL (Empresa Pública de Urbanização de Lisboa) construir um edifício que respondesse às necessidades de realojamento do comércio então existente em construções provisórias na praça do Martim Moniz. Costa Cabral propõe, então, a construção de três edifícios: um edifício, a norte, correspondendo a uma primeira fase, e dois edifícios – um edifício que aproveita a fachada do Palácio Aboim (que se presume do século XVIII) e outro que redefine o topo sul do quarteirão – definindo uma segunda fase. O projecto da primeira fase é concluído em fevereiro/março de 1974 e, portanto, em vésperas da Revolução de Abril. É aprovado pela EPUL em julho de 1974, mas não é objecto de empreitada imediata porque se encontravam ocupados edifícios a demolir. A construção da primeira fase, a única realizada, inicia-se em 1981. Durante a obra, receando que o betão à vista se revelasse “com pouca integração no Martim Moniz”, Costa Cabral opta por revestir o betão a marmorite, decisão que conduziria, no entanto, a um arrependimento. Este edifício estabelece relações de continuidade com os edifícios e com os espaços circundantes, propondo novos espaços coletivos em continuidade os espaços e percursos da cidade. Destaca-se o carácter público desta intervenção que dilui, assim, as fronteiras entre arquitectura e espaço urbano procurando, afinal, devolver à Mouraria novos espaços de apropriação, relação e participação.

Palavras-chave: Bartolomeu Costa Cabral. Praça do Martim Moniz. Espaço coletivo. Continuidade.

Abstract

This article, written in the context of an investigation focused on the architectural works of Bartolomeu Costa Cabral (b.1929), addresses the design process and the construction of one of the buildings defining today Martim Moniz square, in Lisbon – an area where successive expropriations and demolitions have been taking place since the 1940s as part of policies of urban regeneration. With this intervention, begun in 1973 by Costa Cabral, EPUL (Empresa Pública de Urbanização de Lisboa) intended to replace the temporary commercial buildings in the square. Costa Cabral proposes the construction of three buildings: one, corresponding to a first phase, and two other, defining a second phase. The project of the first phase is concluded in February/March 1974 – shortly before the April Revolution. It is approved by EPUL in July 1974 but not immediately built, for buildings to be demolished were still being occupied. The construction of the first phase, the only one completed, begun in 1981. During the works, fearing the apparent concrete would not favor the building's integration, Costa Cabral chooses to cover the concrete. This decision would, nevertheless, lead to regret. This intervention establishes continuities with surrounding spaces and buildings, proposing new collective spaces continuing the city's spaces and paths. Its public character blurs the boundaries between architecture and urban space, seeking to give back to Mouraria new spaces for appropriation, relationship and participation.

Keywords: Bartolomeu Costa Cabral. Martim Moniz Square. Collective Spaces. Continuity.

Introdução

Em 1972, depois de três décadas de sucessivas expropriações e demolições (Cf. Gésero, 2014, p.81) realizadas a partir da década de 40 pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), enquadradas em políticas de renovação e saneamento urbano – com o objetivo de “facilitar o trânsito, melhorando a inserção da Av. Almirante Reis na Baixa Pombalina, e de promover uma (...) renovação de uma área central que se considerava degradada” (Lamas, 1982, p.26) –, “a operação de renovação urbana [do Martim Moniz] é confiada à EPUL”, que promove um estudo de revisão do plano existente (Lopes, 1974, p.10; Lamas, 1982, p.26).

É então que Filipe Lopes, pela EPUL (Empresa Pública de Urbanização de Lisboa), convida Bartolomeu Costa Cabral para a realização do projeto de um edifício de carácter público, procurando responder às necessidades de realojamento do comércio existente em construções provisórias na praça do Martim Moniz. A conceção deste edifício (iniciado num momento de grande indefinição, pois o plano da EPUL para esta zona ainda não tinha sido aprovado) motivaria Costa Cabral a fundar, em 1973, o próprio atelier.

FIGURA 1 – Planta de localização do quarteirão em que Bartolomeu Costa Cabral é convidado a intervir (com indicação das ligações previstas aos futuros edifícios contemplados no plano da EPUL e o jardim previsto na R. de São Pedro Mártir), Projeto Geral, Telas Finais, dezembro de 1984.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

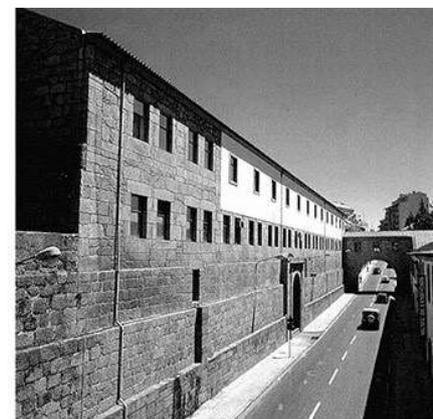
Fonte: Arquivo Bartolomeu Costa Cabral.



O Estudo Prévio é concluído em maio de 1973. No mesmo ano, o arquiteto termina o projecto da Casa para a Rua da Verónica, em Lisboa (maio) e o Estudo Prévio para o Instituto Politécnico da Covilhã (abril, desenvolvendo, de 1973 a 1975, o projeto do edifício da fase 1 desta instituição). Também o projeto para o edifício da Sociedade Portuguesa de Autores (1971-1975), no qual colabora enquanto membro do GPA (Grupo de Planeamento e Arquitectura), é desenvolvido durante a realização desta proposta para o Martim Moniz [2].

FIGURA 2 – Edifício da Sociedade Portuguesa de Autores (à esquerda), Casa na Rua da Verónica (ao centro) e edifício da Fase 1 do Instituto Politécnico da Covilhã (à direita). s.d. Autores: Manuel Botelho (fotografia do edifício da Sociedade Portuguesa de Autores).

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_Portuguesa_de_Autores#/media/File:Soc_Port_Autores_Bartolomeu_Costa_Cabral_6886.jpg (consultado a 2 de março de 2019); Bartolomeu Costa Cabral (fotografias da casa da Rua da Verónica e do edifício do IPC). Arquivo Bartolomeu Costa Cabral.



O projeto da primeira fase data de fevereiro/março de 1974 – e, portanto, de vésperas da Revolução de Abril. É aprovado pela EPUL em julho de 1974, mas não é imediatamente construído porque se encontravam ainda ocupadas construções a demolir.

Depois da revolução, nova legislação obriga a novo estudo prévio para a Fase 2 prevendo a conservação de grande parte do interior, além da fachada, do Palácio Aboim (que se supõe do século XVIII), bem como a preservação de edifícios que Costa Cabral propunha, anteriormente, demolir. Este é apresentado em fevereiro de 1975. O projeto desta segunda fase (que incluiria, posteriormente, apenas o corpo B) data de julho de 1975.

A construção do corpo C (Fase 1, único edifício construído), inicia-se em 1981. Durante a obra, duvidando porventura já de uma estética brutalista e receando que o betão à vista se revelasse “com pouca integração no Martim Moniz”¹, Costa Cabral opta por revestir o betão armado a marmorite. Esta decisão conduziria, contudo, a um arrependimento.

O conceito de continuidade é central na conceção destes edifícios, evidenciando-se no estabelecimento de relações com os edifícios existentes – através do controlo da cércea, da preservação de alinhamentos, da modulação e quebra das fachadas –, e com os espaços urbanos envolventes (nomeadamente Beco do Cascalho, Rua de São Pedro Mártir, Rua do Marquês de Alegrete e Praça do Martim Moniz) – através da criação de novos espaços coletivos (jardim, terraços, galerias e ruas interiores). Também um designado “princípio de flexibilidade” orienta este projeto, como veremos.

Segundo Costa Cabral, só a primeira fase foi concretizada porque a EPUL “não gostou muito” do projeto². Este edifício permanece, não obstante, como uma proposta de continuidade, procurando devolver à Mouraria novos espaços coletivos de apropriação, relação e participação.

Colaboram no projeto de Costa Cabral Mário Crespo (Arquitectura), José Ferreira Crespo (Estabilidade), José Almeida Torres e Lemos Rola (Instalação de Águas e Esgotos), Trigo de Sousa (Instalações Elétricas) e Alberto Sá Borges (Instalações Mecânicas).

O Programa (1972)

As primeiras “Orientações para o estudo da Remodelação do Quarteirão nascente da R. Marquês do Alegrete” são dirigidas a Bartolomeu Costa Cabral a 28 de dezembro de 1972 por Filipe Lopes:

“A remodelação tem por fim criar uma zona comercial que permita realojar os comércios da zona de maneira a manter uma vida comercial na área.

Para dar maior desenvolvimento de montras pode pensar-se numa galeria paralela à rua; as lojas podem ter R/C e sobreloja.

Um segundo nível comercial com peões é de encarar com possibilidades de ligação à laje de peões da zona central. Os andares serão para comércio e escritórios.

O alinhamento deverá ser mantido sempre que possível para recuperação de fachadas com interesse. Deverá no entanto ser alterado no lado do Poço do Borratém para facilitar o tráfego. (...)

1 ABCC, Ata de reunião de obra n.º 14, 20 de agosto de 1981

2 Entrevista a Bartolomeu Costa Cabral por Mariana Couto, 30 de abril de 2018

A arquitectura deverá integrar-se no tecido urbano existente e permitir a leitura da colina do Castelo S. Jorge.

Pretende-se um projecto de execução para lançar as empreitadas ainda em 1973.”
(Lopes, 1972)³

Pretendia-se que o edifício respondesse às necessidades de realojamento do comércio então existente em construções provisórias na praça do Martim Moniz, incluindo, nos pisos superiores, comércio e escritórios. A EPUL sugere a construção de uma galeria paralela à Rua do Arco do Marquês de Alegrete (arruamento que, no plano da EPUL, se mantém) e um segundo nível comercial, com ligação, através de passadiço sobre a rua, à laje de peões da zona central prevista. Pedia-se, portanto, a construção de um edifício de carácter público, permitindo ligações a vários níveis e estabelecendo relações de escala com a envolvente.

Em resposta, Bartolomeu Costa Cabral envia proposta para a elaboração do projeto dos edifícios, destacando o objetivo principal de realojamento do comércio e afirmando a importância de recuperar o maior número possível de edifícios numa “atitude de gosto e reutilização de elementos (...) em oposição à desenfreada e selvática vaga de demolição”, exprimindo, assim, já um desejo de continuidade:

“julga-se que se deveria procurar recuperar o maior número de edifícios, não só pelo valor dos edifícios em si, como para salvaguardar na orla de uma área urbana que se pretende conservar, elementos significativos desse mesmo tecido, definindo-se assim uma atitude de gosto e reutilização de elementos do passado, em oposição à desenfreada e selvática vaga de demolição em curso nas mais variadas áreas de Lisboa, que embora por todos coordenada, se apresenta de muito difícil controle face à forte pressão de especulação mobiliária e fundiária.”⁴

O contrato é celebrado a 16 de abril de 1973 e o primeiro Estudo Prévio é concluído em maio do mesmo ano.

Estudo Prévio (maio de 1973)

Este primeiro estudo, acompanhado pelos serviços da EPUL, “constitui a fase de definição de um programa”. “Define o desenho e forma dos edifícios, assim como as circulações, as áreas de utilização e respectivos usos”⁵. Segundo a Memória Descritiva, “face à indeterminação (...) do programa (...), foi preocupação dominante no estudo a análise de uma relação com o tecido urbano existente e os edifícios a conservar.”⁶ A construção de relações com o existente, já solicitada nas orientações definidas pela EPUL, é reiterada por Bartolomeu Costa Cabral:

“Foi orientação inicial do trabalho que a altura dos edifícios a construir não ultrapassasse a cêrcea dominante das actuais construções, não só dadas a reduzida profundidade do quarteirão e a conseqüente dificuldade em garantir os afastamentos das construções da Rua de S. Pedro Mártir, como para permitir, conforme condição do programa, a visão das construções da encosta nascente e o Castelo de S. Jorge.”⁷

³ ABCC, Carta de Filipe Lopes (EPUL) a Bartolomeu Costa Cabral, 28 de dezembro de 1972

⁴ ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, “Proposta para a elaboração do estudo de conjunto e projectos dos edifícios da Rua Marquês de Alegrete”, 14 de fevereiro de 1973

⁵ Id., “Rua Marquês do Alegrete, EPUL, Estudo Prévio, Memória Descritiva”, p.1

⁶ Ibid., p.2

⁷ Ibid., p.3

Neste Estudo Prévio é proposta a construção de três edifícios que se relacionam entre si: um edifício, a norte (futuramente designado Corpo C, único que foi construído), correspondente a uma primeira fase, e dois edifícios definindo uma segunda fase, a qual compreende um edifício que aproveita a fachada do Palácio Aboim (Corpo A) e outro que redefine o topo sul do quarteirão (Corpo B). [3-8]

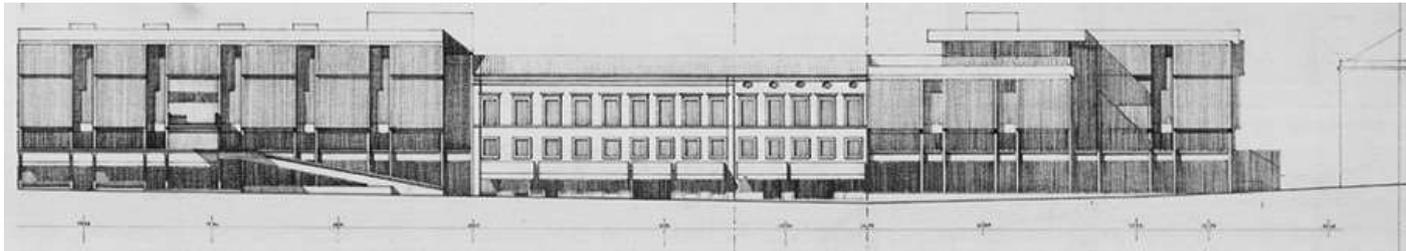


FIGURA 3 – Alçado, Estudo Prévio para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete - EPUL, 30 de abril de 1973. À esquerda, o Corpo C, seguido pelo Palácio Aboim e o Corpo B (à direita). Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS BCC 0010-pd0009).

FIGURA 4 – Planta do Piso 0, Estudo Prévio para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete - EPUL, 30 de abril de 1973.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS BCC 0010-pd0002).

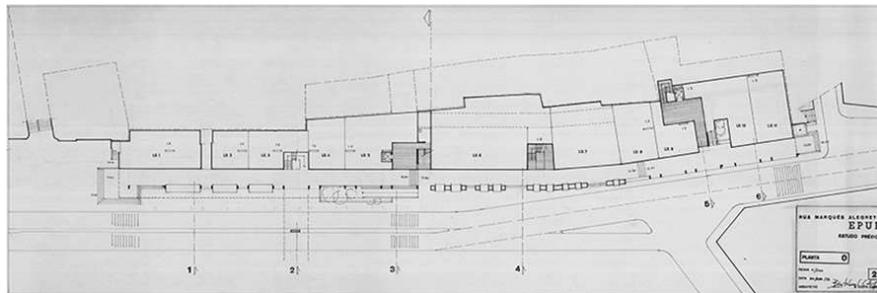


FIGURA 5 – Planta do Piso 1, Estudo Prévio para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete - EPUL, 30 de abril de 1973.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS BCC 0010-pd0003).

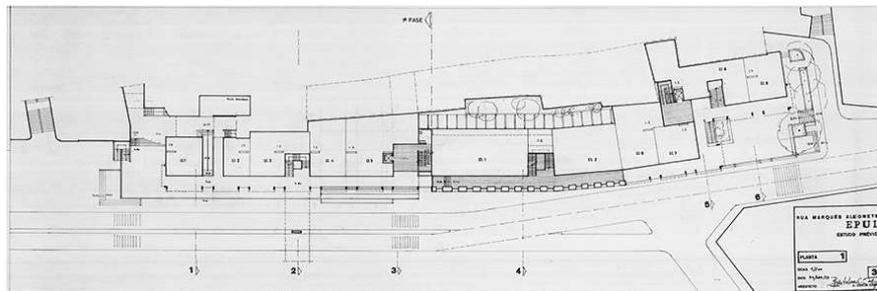


FIGURA 6 – Planta do Piso 2, Estudo Prévio para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete - EPUL, 30 de abril de 1973.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS BCC 0010-pd0004).

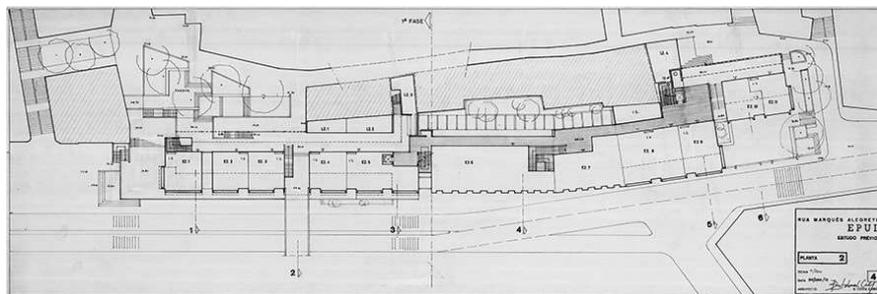


FIGURA 7 – Planta do Piso 3,
 Estudo Prévio para a Rua do Arco
 do Marquês de Alegrete - EPUL,
 30 de abril de 1973.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto
 Arquitecto José Marques da Silva
 (FIMS BCC 0010-pd0005).

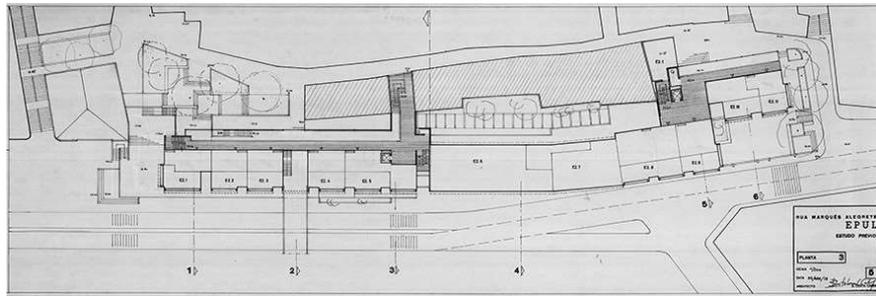
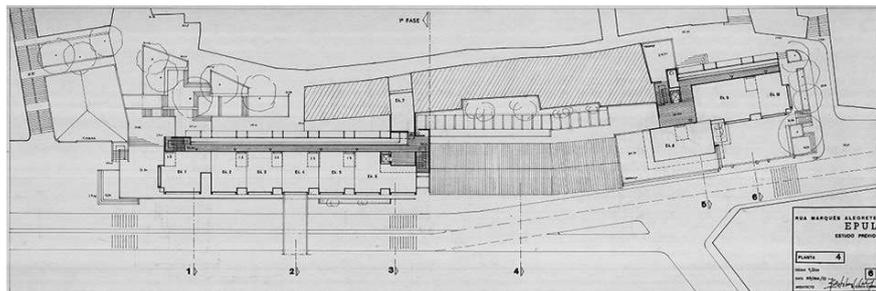


FIGURA 8 – Planta do Piso 4,
 Estudo Prévio para a Rua do Arco
 do Marquês de Alegrete - EPUL,
 30 de abril de 1973..

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto
 Arquitecto José Marques da Silva
 (FIMS BCC 0010-pd0006).



Quanto aos edifícios a conservar, apesar de reconhecer, na proposta inicialmente apresentada a 14 de fevereiro de 1973, a importância de salvaguardar o maior número possível de construções, nesta fase propõe apenas a conservação do Salão Lisboa e da fachada principal do Palácio Aboim⁸. Determina, assim, várias demolições, nomeadamente

“do pequeno quarteirão limitado pelas Ruas de Fontainhas, Beco do Cascalho e Rua de S. Pedro Mártir (de que alguns edifícios são propriedade da Câmara Municipal de Lisboa), para a criação de um pequeno jardim como medida de recuperação e saneamento do tecido urbano envolvente, dadas as deficientes condições de insolação e desafogo e óbvia falta de espaços livres e de recurso de área.”⁹

Propõe ainda a aquisição e demolição, pela CML, dos edifícios junto à calçada de São Lourenço, a sul do quarteirão, para “a criação de um terraço superior para peões”, um novo espaço coletivo que permitiria “resolver o remate sul do quarteirão”:

“Inclusão no estudo de dois edifícios existentes, frente à Calçada de S. Lourenço, a fim de resolver o remate sul do quarteirão, em que se propõe a criação de um terraço superior para peões, pois caso contrário ficaria este espaço livre limitado a nascente pelas traseiras dos referidos edifícios (...).”¹⁰

Novos Espaços Coletivos

A criação de novos espaços públicos, promovendo a continuidade de espaços e percursos da cidade e a integração das construções no tecido existente, prevalece, assim, sobre a conservação, anteriormente preconizada, dos edifícios existentes.

Ainda em fase de Estudo Prévio, surge um jardim, a nascente, e um terraço, a sul, ambos definidos sobre plataformas que vencem a diferença de cotas entre a Rua do Marquês de Alegrete e a Rua de S. Pedro Mártir [6-9]. São também definidas várias ligações e percursos de atravessamento (mantendo, de certo modo, aquele que outrora existira entre a praça do Martim Moniz e o Beco do Cascalho) que tornam o edifício permeável, bem como galerias, quer exteriores – no piso térreo (piso 0, ainda

⁸ Ibid., p.2

⁹ Id. Ibid.

¹⁰ Id. Ibid.

ladeada de montras) e no piso 1, voltadas para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete, prolongando-se pelo Palácio Aboim (do qual se mantém, nesta fase, apenas a fachada) e pelo novo edifício, a sul –, quer (semi-)interiores, evocando porventura um mercado popular (ligado à Rua de S. Pedro Mártir/Beco do Cascalho e à Rua do Arco do Marquês de Alegrete), inundado pela luz proveniente da superfície envidraçada [4-9]. Também as galerias de acesso aos escritórios, nos pisos superiores, são pensadas para “permitir a máxima ocupação por locais de comércio”:

“A fim de permitir a máxima ocupação por locais de comércio criaram-se três amplas galerias ao longo de todo o quarteirão, uma ao nível da Rua do Arco Marquês de Alegrete, uma segunda sobreposta também a esta Rua, e uma terceira a nível superior, virada para o interior com várias ligações à Rua S. Pedro Mártir. (...)”

Pretendeu-se estabelecer uma grande fluidez nos extensos percursos de peões criados ao nível das plantas 0,1,2, assegurando numerosas ligações aos arruamentos de encosta existentes, nomeadamente à Rua de S. Pedro Mártir que se desenvolve paralelamente, embora a uma cota muito superior, à Rua do Arco do Marquês de Alegrete. (...)”

O projecto apresenta uma forte proporção de áreas de circulação exteriores, cobertas, o que é expressão do partido geral adoptado, de criação de um sistema de ‘ruas comerciais’, sobrepostas e interligadas.”¹¹

Trata-se de um edifício de carácter público, aberto à participação e apropriação, que propõe novos espaços coletivos em continuidade com os espaços e percursos da cidade, diluindo fronteiras entre arquitectura e espaço urbano.

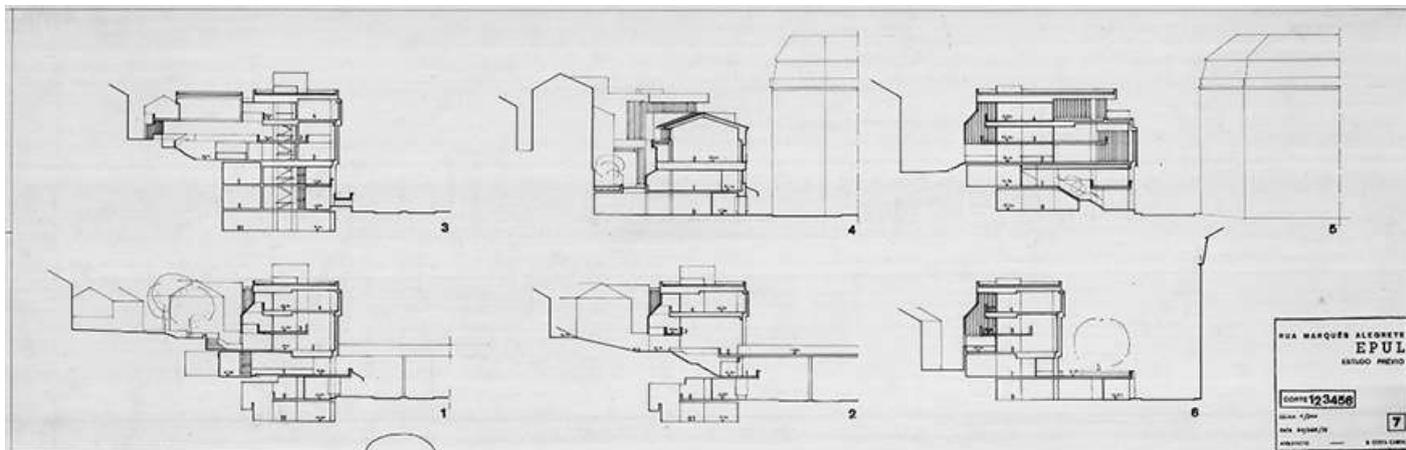


FIGURA 9 – Estudo Prévio, Cortes evidenciando a criação de novos espaços coletivos e percursos de ligação entre a Praça do Martim Moniz e a Rua de São Pedro Mártir. 30 de abril de 1973.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS BCC 0010-pd0007).

Nesta fase estava também prevista a construção de um passadiço sobre a Rua do Arco de Marquês de Alegrete para ligar, através da rua ou galeria interior, o Beco do Cascalho a um edifício de serviços que, segundo o plano da EPUL, seria construído do lado oposto da rua. No entanto, esse edifício nunca foi construído e o vão, aberto na fachada principal para esse efeito, é, hoje, um miradouro para a praça [21] – a qual não era, portanto, à época deste estudo, possível prever, tendo este edifício sido, afinal, pensado para delimitar a frente da Rua do Arco do Marquês de Alegrete.

¹¹ Ibid., pp.3-4

O Problema da Linguagem

Se a vontade de integração na envolvente se exprime já pela construção de novos espaços coletivos e percursos que pretendem promover a continuidade de percursos na cidade, manifesta-se também na procura, para os novos edifícios, de uma linguagem não mimética mas representativa “da maior simplicidade” ou de “um certo clima de austeridade e de grande disciplina formal”¹², verificando-se, à semelhança do Instituto Politécnico da Covilhã (IPC), na Escola do Castelo ou na Casa da Rua da Verónica, em Lisboa, a intenção de distinguir o novo do existente. Costa Cabral propõe, desse modo, o uso do betão, metal, pedra e vidro como materiais dominantes nas novas construções:

“Todos os elementos estruturais serão de betão deixado à vista assim como platibandas e guardas de galerias. A fachada poente, sobre a Rua Marquês do Alegrete apresenta a alternância de dois módulos estruturais sendo equipados com persianas metálicas exteriores de cor escura, de protecção solar.

A fachada posterior é constituída por uma grande superfície de vidro aramado, criando um espaço semi-interior de grande altura, estabelecendo a ligação visual entre as galerias de escritórios dos pisos 3 e 4 e a galeria do piso 2. As caixilharias serão igualmente metálicas. Os pavimentos das galerias exteriores são revestidos de pedra.

Prevê-se a execução de tectos falsos de lâminas metálicas, que têm por objectivo permitir a passagem das condutas horizontais, assim como a instalação da principal iluminação pública das galerias.”¹³

Estes materiais são, também na Sociedade Portuguesa de Autores (GPA, iniciado em 1971), nos edifícios da Universidade da Beira Interior (cujo projecto se desenvolve a partir de 1972) ou já no edifício da Caixa Geral e Depósitos, em Sintra (1977), evidências de uma pesquisa coletiva, de uma tendência que marca também o percurso de Bartolomeu Costa Cabral particularmente na década de 70, depois do seu estágio em Londres (1965) durante o qual contacta com obras significativas do brutalismo inglês e com Denys Lasdun (tendo visitado a Universidade de East Anglia em construção). No entanto, já durante a construção da Fase 1, na década de 80, dúvidas quanto ao uso do betão conduziriam à opção pelo seu revestimento.

A integração dos edifícios na envolvente faz-se também pela contenção da cércea, pela preservação de alinhamentos em relação ao existente e pela adoção de um esquema de modulação, o qual contribui para conferir coerência e unidade ao conjunto e para quebrar a rigidez dos planos das fachadas, criando avanços e recuos.

A recusa de uma linguagem mimética e a distinção entre o novo e o existente, as quebras dos planos e a fragmentação volumétrica afirmam-se como estratégias recorrentes no percurso de Bartolomeu Costa Cabral, exprimindo uma vontade de atualidade, de adequação da escala, de integração na diversidade que caracteriza, afinal, o centro histórico de Lisboa.

“Princípio de Flexibilidade”

Se, de acordo com o programa, se prevê a ocupação dos pisos 0 e 1 por comércio e, a partir do piso 2 (inclusive), por escritórios (podendo este ser também ocupado por lojas), há, nesta fase, ainda uma “grande indeterminação do programa” que obriga à procura da máxima “flexibilidade”. Por essa razão, é criada

¹² Ibid., p.8

¹³ Ibid.

“uma estrutura que permitisse a divisão dos espaços em pequenas unidades tanto de lojas como de escritórios (...).

Dentro deste princípio de flexibilidade (...) pretende-se assim criar uma estrutura suficientemente ordenada e sistematizada capaz de receber diversas utilizações e permitir uma diversidade formal característica das ‘ruas comerciais’.”¹⁴

A flexibilidade ou adaptabilidade é também uma procura constante nas suas obras, construídas para permanecer.

Projecto da Fase 1 (fevereiro/março de 1974)

O projecto da Fase 1, correspondente ao edifício no topo norte do quarteirão, data de 4 de março de 1974 e, portanto, de vésperas da Revolução dos Cravos.

Tal como se definia no Estudo Prévio, o edifício inclui seis pisos, “um dos quais em cave e um parcial formando duplex ao nível dos pisos 2 e 3”¹⁵. Prevê-se que as lojas se situem nos pisos 0, 1 e 2, e os escritórios no piso 2 e superiores.

Na memória descritiva, são sublinhadas continuidades visuais e de circulações e o carácter público do edifício:

“No que respeita à ligação com o volume (...) do cinema a Norte, considerou-se mais vantajosa a criação de um afastamento que, sem quebrar uma ligação de continuidade ao nível do piso térreo, crie uma abertura que permita a visibilidade do pequeno jardim a criar (...).

O edifício desta 1ª fase é atravessado tanto no sentido transversal como longitudinal por circulações públicas em continuidade com as ruas e espaços públicos envolventes; (...) Pretende-se, assim, que o edifício faça parte do espaço público apresentando extensas zonas públicas cobertas destinadas ao uso de comércio ou escritórios.”¹⁶

Nesta fase, o projeto do jardim, proposto no Estudo Prévio, é, contudo, adiado, “em face de não ser possível a sua imediata execução”¹⁷. Mantém-se, não obstante, em relação ao Estudo Prévio, a opção pelo betão aparente e pelas persianas e caixilharias em ferro.

Ainda numa perspetiva de continuidade, nesta fase Costa Cabral propõe, “além dos edifícios considerados a conservar pelo estudo prévio”, também a conservação do edifício contíguo, a norte, ao Palácio Aboim, pois,

“construído à roda dos anos 30 [este] constitui um testemunho de bastante qualidade ainda que modesto da arquitectura dessa época, de que existem relativamente poucos em Lisboa.”

No entanto, “dado que o seu interesse reside na fachada”, determina “a completa demolição do seu interior não constituindo portanto, um condicionamento à organização do interior do projecto desta 1ª fase, que aliás se harmoniza perfeitamente, pois se faz corresponder o hall e a escada de acesso à fachada a preservar.”¹⁸ [10]

¹⁴ Ibid., pp.3-4

¹⁵ Id., “EPUL, M.A. – 1ª fase – VOL. 1”, memória descritiva do projecto base da primeira fase, fevereiro de 1974, p.6

¹⁶ Ibid., pp.4-5

¹⁷ Ibid., p.3

¹⁸ Ibid., p.5

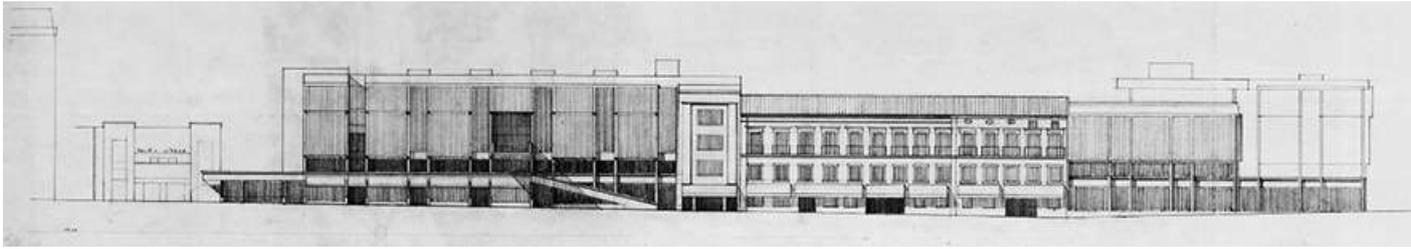


FIGURA 10 – Alçado poente, esboço prevendo já a conservação do edifício a norte do Palácio Aboim, s.d. À esquerda, o Salão Lisboa. Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS BCC 0010-pd0008).

Depois da conclusão do projeto desta primeira fase ocorre a Revolução de Abril. Nova legislação¹⁹ traz consequências para o Estudo Prévio anteriormente apresentado, sendo necessário desenvolver um novo estudo para a segunda fase de construção, prevendo a conservação de grande parte do interior, além da fachada, do Palácio Aboim, bem como a preservação dos edifícios situados na Rua de S. Pedro Mártir, junto à calçada de São Lourenço, que Costa Cabral propunha, no Estudo Prévio, demolir.²⁰

Um novo Estudo Prévio para a Fase 2 é, por essa razão, entregue a 28 de fevereiro de 1975; ainda assim, um projecto para o Corpo B de acordo com o primeiro Estudo Prévio é entregue a 4 de dezembro de 1974, para “servir de confronto com a nova solução”²¹. Além disso, dada a decisão de abandonar, definitivamente, a solução apresentada no estudo anterior para o corpo A, não é, nesta fase, apresentado projeto para o Palácio Aboim.

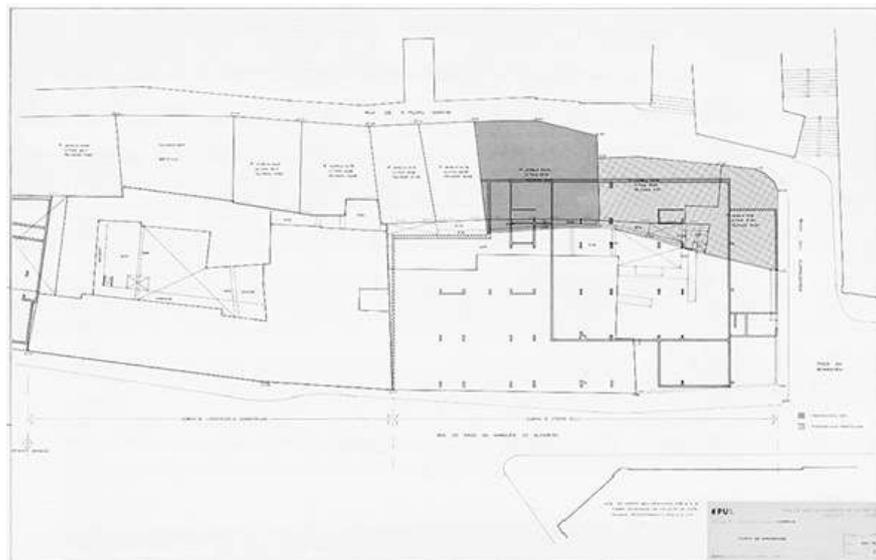
Projecto Base do Corpo B – Fase 2 (não construído, novembro de 1974)

O corpo B, também organizado em plataformas, é constituído, tal como o edifício da primeira fase, por seis pisos, um dos quais parcialmente em cave “e outro formando piso recuado sobre a Rua do Marquês do Alegrete”²². [11-16]

FIGURA 11 – Planta de Implantação, Projeto Geral para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete – 2ª Fase, Corpo B, novembro de 1974.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS BCC 0010-pd00021).



¹⁹ Decreto-Lei 445/74, de 12 de setembro.

²⁰ ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, carta dirigida à Administração da EPUL, 25 de novembro de 1974.

²¹ Id., “EPUL, M.A. – 2ª fase – Corpo B”, memória descritiva do projecto base do corpo B, novembro de 1974, p.3

²² Ibid., p.5

FIGURA 12 – Planta do Piso 0, Projeto Geral para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete – 2ª Fase, Corpo B, novembro de 1974.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS BCC 0010-pd00023).

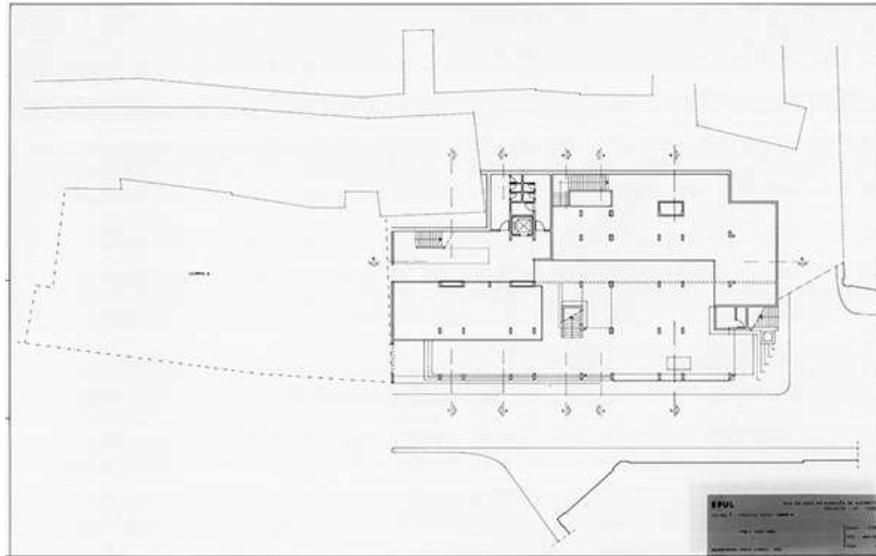


FIGURA 13 – Planta do Piso 2, Projeto Geral para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete – 2ª Fase, Corpo B, novembro de 1974.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS BCC 0010-pd00023).

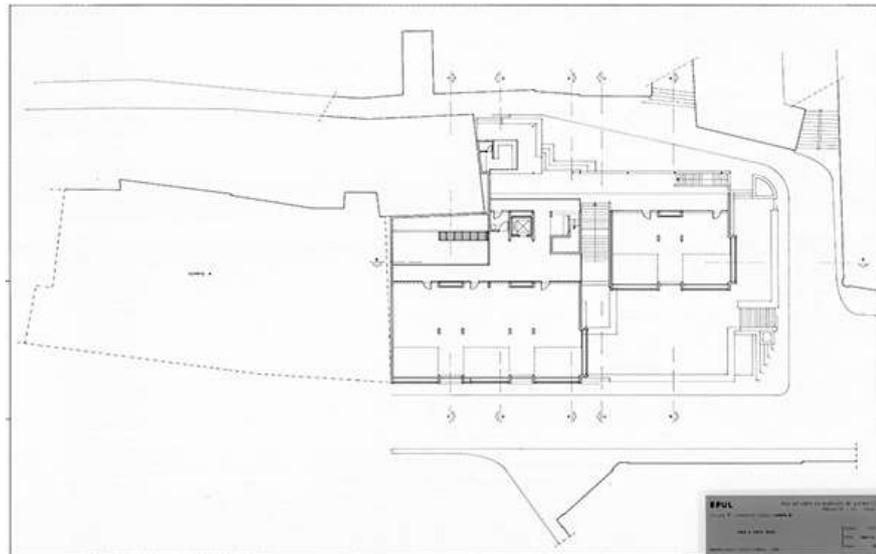


FIGURA 14 – Corte 4, Projeto Geral para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete – 2ª Fase, Corpo B, novembro de 1974.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS BCC 0010-pd00028).

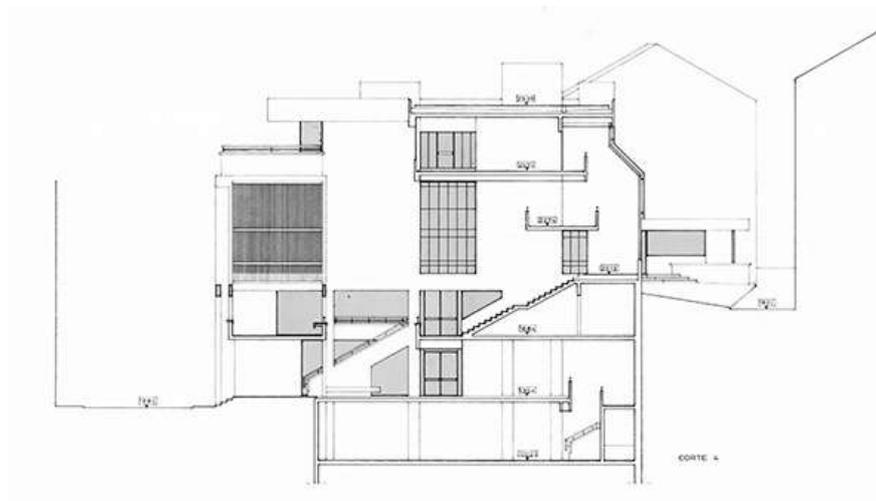




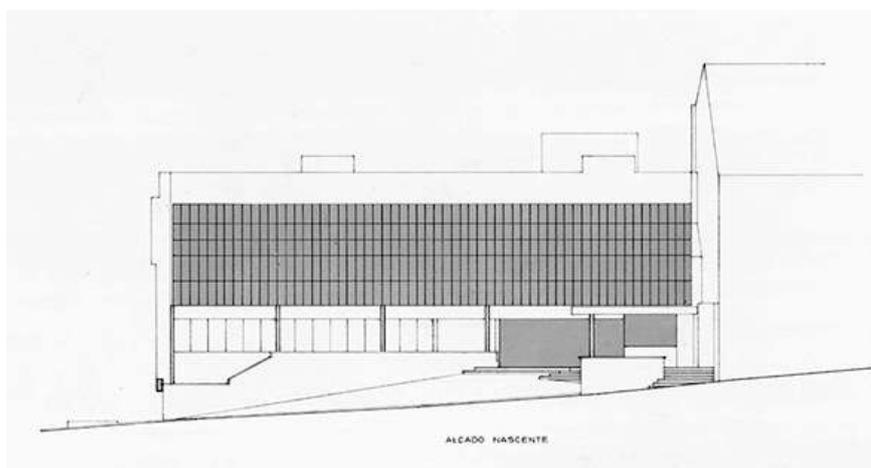
FIGURA 15 – Alçado poente, Projeto Geral para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete – 2ª Fase, Corpo B, novembro de 1974. Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS BCC 0010-pd00020).

FIGURA 16 – Alçado nascente, Projeto Geral para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete – 2ª Fase, Corpo B, novembro de 1974.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS BCC 0010-pd00020).



O programa, semelhante ao da fase anterior, inclui comércio localizado ao longo das galerias dos pisos 0 e 1 e escritórios no piso 2 e pisos superiores (em duplex nos pisos 2 e 3, comunicando através de escada em caracol, para permitir uma redução do pé-direito e da cércea do edifício). Mantém-se o princípio da flexibilidade, prevendo-se, apesar da indeterminação ainda existente, no piso térreo, três lojas e um quiosque e, ainda no piso térreo e em cave, “uma ocupação do tipo café e restaurante, que desse bastante vida ao local e pudesse ocupar com esplanada o alargamento da galeria do rez do chão.”²³ Em relação ao estudo anterior, a galeria do piso térreo é alargada²⁴. No piso 1, galerias públicas permitem o acesso a mais quatro lojas.

Diretamente ligada à Rua de São Pedro Mártir, também a galeria do piso 2 é um espaço público. Neste piso, há escritórios e um espaço previsto para quiosque. Os pisos 3 e 4 destinam-se a uso exclusivo dos escritórios.

²³ Ibid.

²⁴ Ibid., p.4

Estudo Prévio da Fase 2 (Variante) – Corpos A e B (não construídos, fevereiro de 1975)

Perante a nova legislação exigindo a preservação dos edifícios existentes, em fevereiro de 1975, cerca de dois anos depois do primeiro estudo, é entregue um novo estudo prévio da 2ª fase de construção, composta por dois edifícios, agora separados: o corpo A, do Palácio Aboim, e o corpo B, correspondente ao novo edifício do topo sul do quarteirão.²⁵

Palácio Aboim

No que diz respeito ao Palácio Aboim, com três pisos (piso 0, 1 e 2), procura-se agora uma definição do programa e, além da preservação da fachada, uma maior conservação do seu interior; Costa Cabral propõe, não obstante, a demolição de várias paredes interiores e a construção, de acordo com o primeiro Estudo Prévio, do prolongamento das galerias no piso térreo, no primeiro piso, ao nível da rua interior da Fase 1, estabelecendo-se uma continuidade de percursos e espaços coletivos entre os vários edifícios²⁶.

Prevê-se a conservação da fachada “no seu traçado arquitectónico” com “reposição de cantarias nos vãos a corrigir da galeria do rés-do-chão”, a “reconstrução de “pavimentos leves, possivelmente de estrutura metálica a fim de não afectar grandemente as fundações existentes” e “a reconstrução da cobertura existente de telha, sobre a área a conservar” distinta da “cobertura em terraço, em laje de betão armado, na parte restante.” Prevê-se ainda que “a área de intervenção de construção nova, constituída por elementos de betão armado” confira “ao conjunto a necessária rigidez e consolidação”²⁷. Reitera-se, portanto, a intenção de distinguir as novas construções daquelas existentes.

Corpo B

Quanto ao Corpo B, verifica-se a perda da relação com a Rua de São Pedro Mártir, uma significativa redução da área de espaço coletivo, nomeadamente nos pisos 0 e 1, e uma simplificação geral da organização do espaço interno²⁸. No piso 0, há um avanço do espaço inicialmente pensado para um restaurante/café, a perda do quiosque, do alargamento da galeria e da multiplicidade de acessos ao terraço, no piso superior, que agora se faz apenas a partir da Rua do Poço do Borratém. No piso 1, há também um avanço do volume a sul e perda de área de terraço, além da perda da relação direta com a Rua de S. Pedro Mártir e do acesso amplo e central. No piso 2, mantém-se a ligação ao Palácio Aboim através da galeria, pelo que ainda se propõe que esta seja, afinal, pública.

A 9 de abril de 1975, depois da entrega deste Estudo (em fevereiro), realiza-se uma reunião com a administração da EPUL em que é apresentada uma maquete do conjunto [17-18]. Decide-se, então, que o prosseguimento do trabalho referente ao Palácio Aboim ficaria “dependente da definição prévia da sua utilização, considerando do maior interesse que seja destinada a equipamento de carácter público”; “relativamente ao corpo B proceder-se-ia imediatamente a execução do respectivo projecto”, tendo-se optado pela solução “em que se preserva os edifícios da R. de S. Pedro Mártir”²⁹.

²⁵ Id., “EPUL, Rua do Arco do Marquês de Alegrete / Estudo Prévio / Variante / 2ª fase, Memória Descritiva”, 27 de fevereiro de 1975, s/p

²⁶ Id. *Ibid*

²⁷ Id. *Ibid*

²⁸ Id. *Ibid*

²⁹ Id., carta dirigida à Administração da EPUL, 17 de abril de 1975

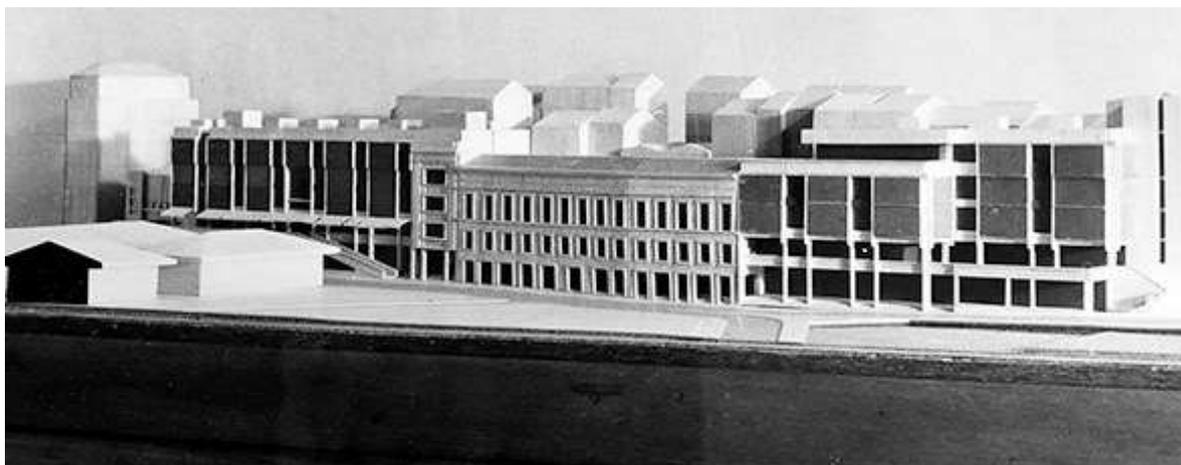


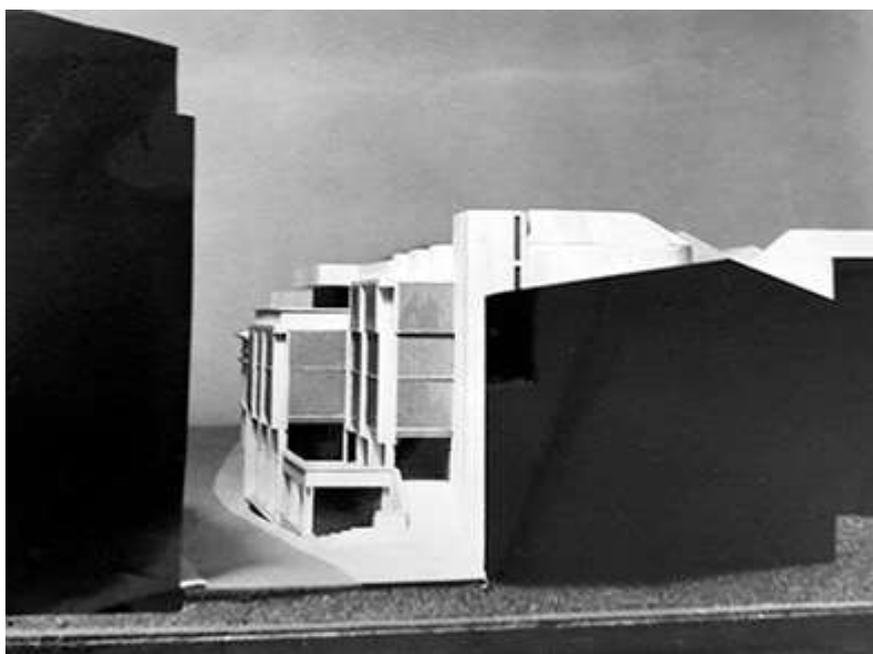
FIGURA 17 – Fotografia da maquete de conjunto, vista do Alçado poente, Projeto Geral para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete – 2ª Fase, Corpo B, julho de 1975. Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Arquivo Bartolomeu Costa Cabral.

FIGURA 18 – Fotografia da maquete de conjunto, vista do Alçado sul, Projeto Geral para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete – 2ª Fase, Corpo B, julho de 1975.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Arquivo Bartolomeu Costa Cabral



Projecto da Fase 2 – Corpo B (Não construído, julho de 1975)

Assim, a 30 de julho de 1975 conclui-se o projeto de Arquitetura da Fase 2 - corpo B. O Corpo A, do Palácio Aboim, passa, então, a designar uma terceira fase de construção.

Nos pisos 0 e 1 não se registam alterações significativas relativamente ao último estudo. Nesta proposta, o piso 2 é de uso exclusivo dos escritórios, como se sublinha na Memória Descritiva³⁰, pelo que a ligação ao edifício central ao nível do piso 2 é

³⁰ Id., “EPUL, M.A. – 2ª fase – Projecto”, memória descritiva do projeto do corpo B da 2ª fase, 30 de julho de 1975, p.3

suprimida (embora não inviabilizada). Ainda de acordo com a alteração que já tinha sido realizada no Estudo Prévio de 1975, os pisos 2 e 3 já não são em duplex, “no sentido de se obter uma melhor integração da construção nova nas construções existentes”³¹.

É reiterada, em 1975, a opção pelo uso do betão aparente.

Construção (1981-1983)

Apesar do projecto da Fase 1 ter sido, em julho de 1974, aprovado pela EPUL, (aguardando então a aprovação pela C.M.L.), este não é “objecto de empreitada imediata” porque se encontravam, à época, ainda “ocupadas as construções a demolir, sendo necessário proceder primeiro ao realojamento das ocupações tanto habitacionais como comerciais”³². Em 1975, devido às novas circunstâncias políticas, sociais e económicas, o plano da EPUL é interrompido, tendo também sido suspensos os projetos para este quarteirão.

Em janeiro de 1978, Bartolomeu Costa Cabral dirige-se à Administração da EPUL exortando à sua concretização³³. O projecto, porém, só seria retomado em 1981: em julho desse ano inicia-se, finalmente, a construção da Fase 1 (Corpo C) [19-22], a qual se conclui entre dezembro de 1982 e janeiro de 1983. A construção é adjudicada à construtora Hagen, ficando as fundações a cargo da construtora Teixeira Duarte.



FIGURA 19 – À esquerda, edifício de Bartolomeu Costa Cabral (Fase 1, Corpo C) na Praça do Martim Moniz, Lisboa, s.d. [1983?] Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Arquivo Bartolomeu Costa Cabral.

³¹ Ibid.

³² Id., carta dirigida a Telles Marques, Administrador Delegado da EPUL, a 4 de julho de 1974, s/p

³³ Id., carta dirigida à Administração da EPUL, 4 de janeiro de 1978

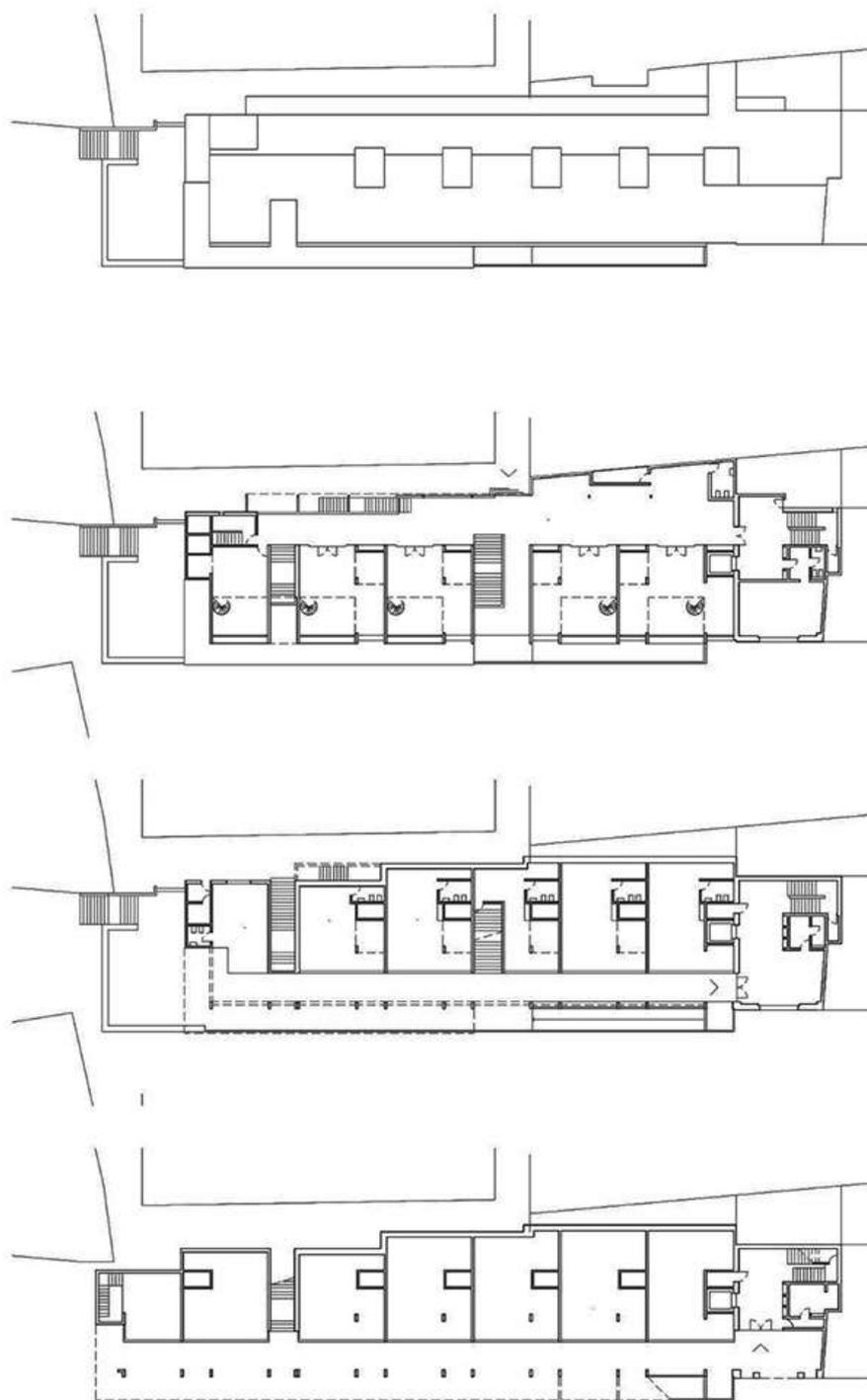


FIGURA 20 – Edifício de Bartolomeu Costa Cabral (Fase 1, Corpo C) na Praça do Martim Moniz, Lisboa, s.d.
De cima para baixo: Planta de Cobertura, Planta do Piso 2, Planta do Piso 1 e Planta do Piso 0 (térreo). Autor:
Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Arquivo Bartolomeu Costa Cabral.

FIGURA 21 – Edifício de Bartolomeu Costa Cabral (Fase 1, Corpo C) na Praça do Martim Moniz, Lisboa, s.d. Vista desde o interior sobre a Praça.

Autor: Mariana de Oliveira Couto



FIGURA 22 – Edifício de Bartolomeu Costa Cabral (Fase 1, Corpo C) na Praça do Martim Moniz, Lisboa, Interior. s.d.

Autor: Catarina Costa Cabral



A Opção pela Marmorite

Se, em maio de 1981, Bartolomeu Costa Cabral reafirmava ainda a opção por paramentos em betão à vista – tendo solicitado o uso de “betão com cimento claro e aspecto uniforme” e cofragens em contraplacado de pinho, sugerindo que a empresa construtora consultasse a construtora Abrantina, que empregara “este material numa obra sua na Covilhã”, e também a visita ao Museu da Marinha, ao Palácio da Justiça e a Edifício da Gulbenkian “para ver os acabamentos de Betão à vista”³⁴ – alguns meses depois, em agosto, ainda antes do início da betonagem dos pilares³⁵, e quando ainda se discutiam problemas relativos aos desenhos de cofragem, Costa Cabral.

*“admite vir a propor a substituição do betão à vista previsto para as fachadas por qualquer revestimento, possivelmente marmorite lavada, justificando o facto, com receios de que o betão à vista se revele com pouca integração no Martim Moniz, acrescido do facto de, com o decorrer do tempo possa vir a apresentar aspecto de ruína.”*³⁶

Solicita, assim, ao empreiteiro a apresentação de amostras de marmorite³⁷ – em painéis de 1x1m de modo a poder fazer um diedro, para melhor apreciação³⁸ – e definição de custos. As referidas amostras são disponibilizadas em novembro³⁹, e a decisão pronunciada em dezembro:

*“Face à preferência manifestada pelo Arq. Costa Cabral, para o revestimento a marmorite nas superfícies previstas em betão à vista, foi pedida ao Arq. Projectista, a apresentação de proposta, à EPUL, para alteração do projecto com a devida justificação.”*⁴⁰

*“Em princípio entende que serão de revestir todas as superfícies de zonas públicas com excepção dos tectos e de superfícies com revestimentos já especificados no projecto.”*⁴¹

Assim, em dezembro de 1981, além da supressão do jardim, a nascente – resultante da decisão de preservação dos edifícios no topo norte do quarteirão –, Costa Cabral opta pelo revestimento do betão a “marmorite lavada executada com pedra muito clara”, crendo que esta alteração promoverá a integração urbana do edifício:

“Para além das alterações que se têm vindo a introduzir no projecto motivadas por acertos dos limites do tardo do edifício face às condições do local e das soluções de consolidação dos muros de suporte, vimos propor as seguintes:

1º – Não demolição do prédio da Rua de S. Pedro Mártir, por se considerar que o ganho de área não compensava os cursos de realojamento e da própria construção. Assim o projecto não contemplaria a execução dessa pequena parte dado que não é indispensável uma ligação directa à Rua de S. Pedro Mártir.

34 Cf. ABCC, Ata de reunião de obra n.º 3, 26 de maio de 1981; ABCC, Ata de reunião de obra n.º 4, 4 de junho de 1981.

35 “Tendo o empreiteiro comunicado que vai ser dado início à betonagem dos pilares, torna-se necessário e urgente que seja tomada posição pela EPUL quanto à indicação do Arq. Costa Cabral para se encarar revestimento em marmorite em vez de betão à vista.” Cf. ABCC, Ata de reunião de obra n.º 31, 3 de dezembro de 1981.

36 ABCC, Ata de reunião de obra n.º 14, 20 de agosto de 1981.

37 ABCC, Ata de reunião de obra n.º 15, 27 de agosto de 1981.

38 ABCC, Ata de reunião de obra n.º 19, 17 de setembro de 1981.

39 ABCC, Ata de reunião de obra n.º 27, 5 de novembro de 1981.

40 ABCC, Ata de reunião de obra n.º 32, 10 de dezembro de 1981.

41 ABCC, Ata de reunião de obra n.º 33, 17 de dezembro de 1981.

2º - Revestimento da estrutura de betão, incluindo as paredes de betão, previstas no projecto como betão à vista, com marmorite lavada executada em obra. À face da experiência de prédios recentes executados em Lisboa em que é usado o betão à vista, julgamos que os mesmos não se inserem bem no ambiente e clima de Lisboa. Quanto a nós a própria pintura do betão não resolve este problema apenas destruindo a frescura e beleza própria do betão à vista como pode ser observado no edifício da Fundação Gulbenkian em que o betão não levou qualquer pintura e está muito bem, por ser um edifício situado dentro de uma zona verde.

Assim julgamos que no caso do Martim Moniz o revestimento com marmorite poderá dar ao edifício uma mais fácil integração na zona.”⁴²

Costa Cabral afirma, não obstante, que a escolha deste revestimento se relacionou com a fraca qualidade da execução dos paramentos:

“Era para ficar em betão à vista, mas como foi bastante mal construído, depois eu tive de fazer um reboco. Mas eu não queria fazer um reboco que ficasse com um ar velho e sujo, e revesti a marmorite lavada com pedrinha. Não impedi que, além que tivesse manchas e um ar assim... uns anos mais tarde foi pintado.”⁴³

Esta decisão constitui uma das causas da relação ambivalente que o arquitecto estabelece, ainda hoje, com o edifício apelidado, por Costa Cabral, de “projecto enteado”⁴⁴.

Outras Alterações em Obra

Ainda durante a obra, em setembro de 1981, perante o “mau estado de conservação” do edifício dos anos trinta cuja fachada Costa Cabral pretendia conservar, determina a sua total demolição para ser, posteriormente, reconstruída de acordo com “um levantamento muito pormenorizado (incluindo quaisquer molduras existentes) da fachada”⁴⁵.

Também durante a obra é decidido o aumento das áreas de utilização, é realizada a divisão e o completamento dos espaços comerciais e de escritórios, são suprimidas as montras avançadas inicialmente previstas na galeria comercial, é definida a construção das escadas em caracol nos escritórios entre os pisos 2 e 3 e é eliminada a ligação direta, ao nível do piso 1, à rua tardo, “a fim de evitar o seu devassamento”⁴⁶. A supressão desta escada na fachada posterior, a qual se entendia facilitar “a entrada abusiva” no edifício, é solicitada, durante a obra, por José Manuel Macedo Cabral, Diretor dos Serviços de Produção da EPUL (Macedo Cabral, 1982)⁴⁷.

Adivinhava-se, assim, mais do que a supressão de uma escada, a extinção do próprio carácter público e de abertura que definia, afinal, o edifício: os amplos espaços públicos, inicialmente projetados – o jardim e o terraço – não foram construídos; as galerias (exteriores e interior) não foram apropriadas pelos comerciantes e, por razões de segurança, os atravessamentos foram encerrados. Além disso, a decisão do revestimento em marmorite retirou, segundo o próprio arquitecto, “carácter” ao edifício e as lâminas em ferro, pesadas, de proteção dos envidraçados, não funcionam⁴⁸.

⁴² ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, carta dirigida à Administração da EPUL, 11 de dezembro de 1981.

⁴³ Entrevista a Bartolomeu Costa Cabral por Mariana Couto, 30 de abril de 2018.

⁴⁴ Ibid., 24 de abril de 2018.

⁴⁵ Cf. ABCC, Ata de reunião de obra n.º 16, 3 de setembro de 1981; ABCC, Ata de reunião de obra n.º 19, 17 de setembro de 1981.

⁴⁶ ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, “Projecto de Alterações do Edifício de escritórios e comércio da Rua do Arco do Marquês de Alegrete – Martim Moniz”, “Memória Descritiva”, 22 de fevereiro de 1983.

⁴⁷ ABCC, Macedo Cabral, José (Diretor dos Serviços de Produção da EPUL), carta dirigida a Bartolomeu Costa Cabral, 17 de novembro de 1982.

⁴⁸ Entrevista a Bartolomeu Costa Cabral, 10 de janeiro de 2014.

A abertura ao uso público dos atravessamentos e à apropriação dos espaços, tais como a galeria interior, não tem correspondência com a realidade do local. Em 1983, verificava-se, inclusivamente, que as habitações vizinhas deitavam lixo para o pátio do edifício, razão pela qual foi necessária a construção de um anteparo em madeira e estrutura de ferro para minimizar a vista do lixo e permitir a sua limpeza periódica⁴⁹; em 1984, registam-se, além disso, assaltos e atos de vandalismo que obrigam a CML à colocação de um candeeiro de iluminação pública na parede de topo do edifício (“que fica muito mal”⁵⁰) e forçam a EPUL a realizar obras de ampliação da zona de vidro na fachada posterior para proteger as galerias, alterando, “de modo sensível”, o projeto⁵¹.

Este edifício – iniciado em 1973, desenvolvido até 1975, adiado até 1981 e só então parcialmente construído – encontra-se, hoje, em grande parte fechado e abandonado; mas permanece, não obstante, como uma proposta de continuidade, procurando devolver à Mouraria novos espaços coletivos de encontro e apropriação.

Referências

Documentos em Arquivo não catalogado – Arquivo Bartolomeu Costa Cabral, por ordem cronológica (recentemente depositado na Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva e em fase de recenseamento)

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, “Proposta para a elaboração do estudo de conjunto e projectos dos edifícios da Rua Marquês de Alegrete”, 14 de fevereiro de 1973

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, “Rua Marquês do Alegrete, EPUL, Estudo Prévio, Memória Descritiva”, s/d

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, “EPUL, M.A. – 1ª fase – VOL. 1”, memória descritiva do projeto base da primeira fase, fevereiro de 1974

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, “EPUL, M.A. – 2ª fase – Corpo B”, memória descritiva do projeto base do corpo B, novembro de 1974

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, “EPUL, Rua do Arco do Marquês de Alegrete / Estudo Prévio / Variante / 2ª fase, Memória Descritiva”, 27 de fevereiro de 1975

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, “EPUL, M.A. – 2ª fase – Projecto”, memória descritiva do projeto do corpo B da 2ª fase, 30 de julho de 1975

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, “Projecto de Alterações do Edifício de escritórios e comércio da Rua do Arco do Marquês de Alegrete – Martim Moniz”, “Memória Descritiva”, 22 de fevereiro de 1983

Atas

ABCC, Ata de reunião de obra n. °3, 26 de maio de 1981

ABCC, Ata de reunião de obra n. °4, 4 de junho de 1981

ABCC, Ata de reunião de obra n. °14, 20 de agosto de 1981

ABCC, Ata de reunião de obra n. °15, 27 de agosto de 1981

ABCC, Ata de reunião de obra n. °16, 3 de setembro de 1981

⁴⁹ ABCC, Carta de Bartolomeu Costa Cabral dirigida à Administração da EPUL, 20 de setembro de 1983.

⁵⁰ ABCC, Carta de Bartolomeu Costa Cabral dirigida à Administração da EPUL, 3 de janeiro de 1985.

⁵¹ ABCC, Carta de Bartolomeu Costa Cabral dirigida à Administração da EPUL, 3 de janeiro de 1985.

ABCC, Ata de reunião de obra n. °19, 17 de setembro de 1981

ABCC, Ata de reunião de obra n. °27, 5 de novembro de 1981

ABCC, Ata de reunião de obra n. °31, 3 de dezembro de 1981

ABCC, Ata de reunião de obra n. °32, 10 de dezembro de 1981

ABCC, Ata de reunião de obra n. °33, 17 de dezembro de 1981

Cartas

ABCC, Lopes, Filipe (EPUL), carta dirigida a Bartolomeu Costa Cabral, 28 de dezembro de 1972

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, carta dirigida à Administração da EPUL, 25 de novembro de 1974

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, carta dirigida a Telles Marques, Administrador Delegado da EPUL, a 4 de julho de 1974

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, carta dirigida à Administração da EPUL, 17 de abril de 1975

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu carta dirigida à Administração da EPUL, 4 de janeiro de 1978

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, carta dirigida à Administração da EPUL, 11 de dezembro de 1981

ABCC, Macedo Cabral, José (Diretor dos Serviços de Produção da EPUL), carta dirigida a Bartolomeu Costa Cabral, 17 de novembro de 1982

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, carta dirigida à Administração da EPUL, 20 de setembro de 1983

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, carta dirigida à Administração da EPUL, 3 de janeiro de 1985

Publicações Periódicas

LAMAS, José. Renovação Urbana do Martim Moniz. **Revista Arquitectura**. Lisboa: n.146, p.26, mai 1982.

LOPES, Filipe. O que é a EPUL?. **Revista Arquitectura**. Lisboa: n.130, pp.9-10, mai 1974

Publicações Não Periódicas

BAÍA, PEDRO E PROVIDÊNCIA, PAULO. **Bartolomeu Costa Cabral, 18 Obras**. Porto: Circo de Ideias, 2016

Publicação Online

GÉSERO, Paula. **Configuração da Paisagem Urbana pelos Grupos Imigrantes – O Martim Moniz na Migrantscape de Lisboa**. Lisboa: Alto-Comissariado para as Migrações, A.C.M. I.P., 2014. Disponível em: <<https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/179891/Tese43.pdf/6dc13b13-ff87-4014-8549-aafa4a563e7d>> Acesso em: 27 fev. 2019

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (issn 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma **online** a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submissão: 11/03/2019

Aceite: 15/10/2019